

AS ESCOLAS NORMAIS DO PARANÁ NOS ANOS DE 1920: ABRINDO CAMINHOS PARA A PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE

Iara da Silva França¹ - SEED
Alexsandra Camara² - PUCPR

Resumo

A criação da nova sede da Escola Normal da capital e de outras duas Escolas Normais no interior do estado e sua reestruturação por meio das “Bases Educativas para a Organização da Nova Escola Normal Secundária”, são importantes fatos que aconteceram na década de 1920 no Paraná e que parecem ter efetivado as iniciativas de profissionalização dos professores primários paranaenses. Tal fato se deu, entre outras ações, por meio da inserção de disciplinas voltadas ao preparo para o ofício do professor primário. Em meio a esse contexto, o presente texto analisa as experiências de (re)organização da Escola Normal do Paraná e implantação de duas novas Escolas Normais na década de 1920. Visando proporcionar uma contribuição para o conhecimento dos principais aspectos ligados à organização da Escola Normal do Estado do Paraná, após breve retrospectiva histórica desta Escola Normal, apresentamos aspectos de sua reestruturação em novo prédio e da implantação das Escolas normais Primárias em diferentes e estratégicos pontos geográficos do estado. Numa perspectiva da História Cultural, chamamos, especialmente, o historiador Chartier (1991), por se tratar de uma história social dos usos e das interpretações, assim como, Viñao (2005) para o entendimento de que a escola ocupa um espaço que se torna lugar. Além de leis, são aqui utilizados relatórios, o texto das “Bases Educativas” e uma Ata da Escola Normal de Paranaguá. O estudo aponta as mudanças de uma educação geral para a ênfase na dualidade do ensino que marcou o Curso Normal nesse período, quando foram acrescentadas disciplinas pedagógicas e destacados os saberes necessários para ensinar, específicos para a profissionalização dos professores primários.

Palavras-chave: História da Educação. Escola Normal. Bases Educativas para a Nova Escola Normal.

Introdução

A obtenção das competências necessárias ao exercício da profissão de ensinar é preocupação que recua nas brumas do tempo dos diferentes espaços geográficos brasileiros. Da educação jesuítica até o Século XXI, foram incontáveis mudanças que ocorreram nos modos de ser e de fazer dos professores. Tais mudanças, muitas ocasionadas por rupturas no contexto político e social, não interferiram na permanência da busca por ações que

¹Doutora em Educação pela PUCPR. Professora da Educação Básica da SEED. Professora do Ensino Superior no ISEPE. Pesquisadora Associada ao GHEMAT – PR. E-mail: isfranca@gmail.com.

² Doutoranda da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. E-mail: ale-prof@hotmail.com.

possibilitasse aos professores bem cumprir o seu papel de ensinar. Assim, muito além do esforço pessoal dos próprios professores em buscar uma formação que lhes proporcionasse melhor qualificação, autoridades educacionais e governamentais, procuraram ao longo do tempo, criar aparelhos para reverter e/ou sanar as necessidades de qualificação profissional dos professores. A criação das Escolas Normais, inicialmente no Rio de Janeiro e seguida de outros estados brasileiros demarcou o início da profissionalização dos professores primários.

A primeira Escola Normal paranaense que começou efetivamente a funcionar, segundo Straube (1993), foi a Escola Normal criada anexa ao Instituto de Preparatórios³ pela Lei 456 em 12 de abril de 1876, com as Cadeiras⁴ de Pedagogia e Metodologia; Gramática Nacional; Aritmética e Geometria, compreendendo Desenho Linear; Geografia e História, principalmente História do Brasil, distribuídas em dois anos. Ambos os estabelecimentos de ensino ficavam sob a direção do inspetor geral, escolhido pelos professores do Instituto, que teria também uma escola primária anexa, onde alunos da Escola Normal pudessem exercitar-se no ensino prático.

Foi criada a Escola Normal, pela necessidade de qualificação e seleção dos professores para atender as escolas que estavam sendo criadas e cresciam devido o aumento da população e as necessidades sociopolíticas da época. Segundo Tanuri (2000, p. 62), “Antes, porém, que se fundassem as primeiras instituições destinadas a formar professores para as escolas primárias, já existiam preocupações no sentido de selecioná-los”.

Desde a Escola de Primeiras Letras, os cargos para professores primários da capital paranaense eram exercidos por pessoas com uma formação não específica para lecionar, aos quais era dado esse direito devido aos conhecimentos que possuíam para alfabetizar. Sobre esse assunto e as mudanças ocorridas na legislação específica, encontramos algumas pistas ao analisarmos o Capítulo V do Regulamento da Instrução Pública de 1874, que determina todas as ações referentes à contratação de professores. O exame para a admissão dos professores compreendia provas oral e escrita, e a legislação determinava que estas deveriam ser feitas perante o presidente da Província, do Inspetor Geral e de mais quatro examinadores nomeados pelo Presidente; na falta deste, o Inspetor Geral presidiria os exames (PARANÁ, 1874).

³ O Instituto de Preparatórios era responsável pela preparação em nível secundário dos jovens que pretendiam ingressar nos Cursos Superiores do Paraná (STRAUBE, 1993).

⁴ Nos Oitocentos quando foi criada a primeira Escola Normal do Paraná, “Cadeira” era a denominação dada às disciplinas, que poderiam ser cursadas isoladas, pois “as aulas eram avulsas” (STRAUBE, 1993, p. 26).

Logo após a Proclamação da República, o Regulamento de 27 de dezembro de 1889, entre outras medidas, criou 100 escolas subvencionadas e determina que “As subvenções seriam concedidas a professores não importando se tivessem ou não prova de habilitação” (PARANÁ, 1889), confirmam a improvisação de professores para suprir as necessidades que se faziam devido à criação de novas escolas.

Para Chartier (1990), as experiências culturais e intelectuais de uma sociedade são parte integrante da realidade histórica, não sendo constituídas em nível separado da experiência social. Dessa forma, as necessidades sociais geravam a criação de novas leis e regulamentos para a oferta de mais escolas e, em consequência o aumento do número de professores era também uma necessidade. A dificuldade para se encontrar um profissional qualificado aumentava e tal constatação pelas autoridades incitava a criação de escolas especializadas na formação de professores, pois até 1871, não havia diferenças entre a formação de um professor e de outro profissional.

Ao ser criada, a Escola Normal possuía explicitada a sua finalidade já no Art. 46 da Lei 136 de 31 de dezembro de 1894, que reformava o ensino público do Estado do Paraná, e apresentava em seu início os seguintes dizeres: “A Escola Normal é destinada a preparar professores para o ensino primário” (PARANÁ, 1894).

No início do século XX⁵, mais precisamente em 1902, Straube (1993) faz menção à pressão que estava sendo feita para que fosse construído prédio próprio para a Escola Normal e esta se separasse do “Gimnasio Paranaense”. Entretanto, entramos nos anos de 1920 com idênticas discussões em relação à separação da Escola Normal e do Ginásio Paranaense, que ocorreria durante a gestão de Cesar Martinez como Inspetor Geral, o qual argumenta sobre o funcionamento conjunto do Ginásio Paranaense e Escola Normal: “Fácil é ver quão prejudicial e absurdo era esse regimen, pois um gimnasio destina-se a habilitar candidatos para as escolas superiores e a normal é uma organização de caracter eminentemente pedagógico: prepara educadores theoreticos e práticos” (PARANÁ, 1924b, p. 24).

O Inspetor do Ensino explica ainda que devido à inexistência de prédio próprio para a Escola Normal, propôs ao Governo que funcionasse no mesmo prédio que o Ginásio

⁵ No início dos novecentos, o Regulamento da “Instrução Pública do Estado do Paraná” de 1901 (art. 1º p. 63) determina que o ensino nesse Estado fosse estruturado e aparecia com as mesmas características que em 1894, presentes na Lei 136 de 31/12/1894: Ensino Primário, ministrado nas escolas primárias espalhadas pela capital e nos principais municípios e dividido em 1º e 2º Graus; Ensino Normal, ministrado na Escola Normal da Capital no prédio do Gimnasio Paranaense, juntamente com o Ensino Secundário, que funcionava também em outros estabelecimentos, de acordo com a lei.

Paranaense, porém, no turno da tarde, embora com os mesmos “lentes”, que passaram a receber um aumento de rendimentos por sua dupla jornada de trabalho. Tal ação do Governo foi sancionada pelo Decreto 636 de 19 de maio de 1920.

A construção de novas Escolas Normais que pudessem suprir as necessidades de formação e qualificação aos professores primários, na concepção de Martinez era a única alternativa, visto serem insuficientes as medidas paliativas adotadas pelo Governo do Estado (PARANÁ, 1922).

A formação para os professores se constituía como parte fundamental no planejamento das autoridades governamentais se dava pela Escola Normal, que obteve certo destaque entre as preocupações do Presidente do Estado, Caetano Munhoz da Rocha e Straube (1993) explica que atendendo ao desejo de separação dos cursos e considerando que a “Escola Normal era a base sólida de toda a reforma da instrução primária”, o presidente do Estado, Caetano Munhoz da Rocha, “determinou a construção de um edifício em terreno próprio” e que ali funcionaria também “o Grupo Modelo Anexo, duas escolas isoladas modelos e um Jardim de Infância” (STRAUBE, 1993, p. 72). Explica ainda que “O projeto do edifício obedecia todos os rigores da higiene e da pedagogia; o corpo docente seria constituído dos professores do Ginásio e outras, nomeadas por concurso” (STRAUBE, 1993, p. 72).

É possível perceber nas ações dos atores sociais envolvidos, a interpretação social da necessidade de separação da Escola Normal do Ginásio paranaense e dos benefícios que tal ato traria para a população, tratando-se, assim, como “uma história social dos usos e das interpretações” (CHARTIER, 1991, p.180), visto que a importância da formação dos professores para a instrução era discutida também em outros Estados brasileiros.

A Escola Normal passou a denominar-se “Escola Normal Secundária” pela Lei nº 2.114 e sua sede foi, finalmente separada do Ginásio Paranaense e inaugurada em 7 de setembro de 1922. Duas novas Escolas Normais seriam inauguradas no Paraná nessa mesma década.

Destacando a importância para a formação e qualificação dos professores primários nos tempos da Primeira República, a relevância deste texto se encontra na possibilidade de contribuir para o conhecimento dos principais aspectos da Escola Normal do Estado do Paraná, na década de 1920 até meados da década de 1930. Após a breve retrospectiva histórica da Escola Normal paranaense, apresentamos essa Escola Normal situada e edificada em diferentes pontos geográficos do Estado e suas Bases Educativas trouxeram novos rumos

para a qualificação dos professores primários, permitindo que estes tivessem acesso não somente aos saberes a⁶ ensinar propostos para sua educação geral, como também, os saberes para⁷ ensinar eram ofertados pelas disciplinas pedagógicas, no Curso Especial.

As Bases Educativas da Nova Escola Normal Paranaense

A inauguração da primeira sede própria da Escola Normal do Estado do Paraná fez vislumbrar na população, a qualificação almejada para os normalistas. A autonomia didática da Escola Normal por meio de uma reforma era necessária e urgente e sediada em novas instalações, estava mais próxima de acontecer.

O corpo docente e administrativo da Nova Escola Normal Secundária era constituído por seu diretor, Lysímaco Ferreira da Costa, vice-diretora: Ictacelina Bittencourt, Secretário Jayme Monteiro, Inspetora Júlia Grein do Espírito Santo e 10 lentes⁸ e professores (PARANÁ, 1922, p. 99-101).

Havia 79 (setenta e nove) alunos matriculados no Curso Normal, sendo 22 (vinte e dois) alunos no 1º ano, 28 (vinte e oito) alunos no 2º ano, 12 (doze) alunos no 3º ano e 17 (dezesete) alunos no quarto ano (PARANÁ, 1922, p.101), e foram poucos os normalistas que concluíram o Curso Normal no ano de 1922, 18 ao todo (PARANÁ, 1922, p. 108).

Houve a necessidade de reorganização e revisão do regimento do curso (PARANÁ, 1924b, p.96) da Escola Normal Secundária, que somente começou suas atividades na nova sede em 1923, passando a oferecer dois cursos de formação de professores: o Fundamental ou Geral, com 3 anos de duração, e o Especial com 1 ano e meio (STRAUBE, 1993, p. 90).

No Programa para o Curso Geral constavam as disciplinas que proporcionariam aos normalistas os saberes a ensinar, ou seja, aquelas para sua educação geral, a saber: no 1º ano, Português, Geographia Geral e Chorographia do Brasil, Arithmetica e Algebra, Desenho, Musica: Trabalhos de Agulha e Economia Domestica, Trabalhos Manuaes e Gimnastica. No 2º ano, os normalistas aprendiam Português, Geometria Plana, Physica e Chimica, Historia G. da Civilização, Desenho, Musica, Trabalhos de Agulha e Economia Domestica, Trabalhos Manuaes e Gimnastica. As disciplinas gerais do 3º ano eram: Português, Historia do Brasil,

⁶ Saberes a ensinar são aqueles veiculados pelos diversos conteúdos específicos de cada disciplina e necessários para que o professor saiba *o que* ensinar.

⁷ Saberes para ensinar é o conjunto de saberes necessários à profissão de professor. Necessários para que o professor saiba *o como* ensinar.

⁸ Lente era o nome dado ao professor com formação superior. Mais tarde seriam também chamados de lentes, os docentes das Escolas Normais Primárias formados pela Nova Escola Normal Secundária.

Historia Natural, Geometria no Espaço, Desenho, Musica, Trabalhos de Agulha e Economia Domestica, Trabalhos Manuaes e Gimnastica (PARANÁ, 1923a, p. 15-16).

Observamos certa hierarquia entre as disciplinas do Curso Geral, visto que algumas apareciam do 1º ao 3º ano, como é o caso de Português, possivelmente por se tratar da língua materna. Todavia, às disciplinas Matemáticas, como a Aritmética, era dada ênfase no número de aulas ministradas, seis aulas semanais, enquanto as demais eram lecionadas em duas aulas semanais.

Quanto às disciplinas do Curso Especial, ministrado em um ano e meio, estas assim foram organizadas: no primeiro semestre do 4º ano havia Psicologia, Metodologia Geral, Metodologia da Leitura e Escrita, Metodologia do Desenho, Higiene e Agronomia. No segundo semestre do 4º ano as disciplinas eram Moral e Educação Cívica, sua Metodologia, Noções de Direito Patrio e de Legislação Escolar e as Metodologias: do Idioma Vernáculo, da Aritmética, do Ensino Intuitivo, das Ciências naturais e da Geografia. E finalmente no primeiro semestre do 5º ano, Puericultura e as Metodologias: da Historia, da Geometria, da Música, dos Exercícios Físicos, Ensino de Trabalhos Manuais e Prática e Crítica Pedagógicas (PARANÁ, 1923a, p. 21).

As disciplinas do Curso Especial, que denominamos de Pedagógicas, eram as disciplinas dos saberes para ensinar. No Curso Especial, a ênfase era dada às Metodologias relacionadas à Língua Materna e às Matemáticas. Estas últimas proporcionariam aos normalistas os saberes específicos, necessários para ensinar Aritmética e Geometria e, a Metodologia do Ensino Intuitivo relacionado aos saberes implícitos aos caminhos para o ensino de todas as matérias, que seria o método (intuitivo).

O Projeto de reformulação da Escola Normal atendia ao plano de desenvolvimento do Estado, idealizado por Caetano Munhoz da Rocha. O referido Projeto foi regulamentado pelo Decreto Nº 274 de 26 de março de 1923 em face das autorizações expressas no art. 7º da Lei 1999 de 9 de abril de 1920 e nos Artigos. 1º e 6º da Lei 2114 de 25 de março de 1922, passando a Escola Normal a denominar-se Escola Normal Secundária, devido à sua posição de formadora de professores para lecionar nas Escolas Normais Primárias do Paraná.

Assim, ainda no ano de 1923, o diretor da Escola Normal Secundária, Lysímaco Ferreira da Costa, após ter elaborado um novo regulamento para a Escola Normal lança as "Bases Educativas para a Organização da Nova Escola Secundária do Paraná", que traziam as

ideias e determinação de uma Reforma não apenas para a Escola Normal, mas também para o Ensino Primário.

Os estudos de Miguel (2005) apontam para uma Reforma com bases Herbartianas, fato que confirmamos no documento (PARANÁ, 1923a, p. 69). Nas palavras do proponente da Reforma, ao se referir aos métodos que deveriam ser empregados pelos professores para ensinar. Lysímaco da Costa explica que os professores não mais poderão se limitar à oratória em suas aulas e, “se a reforma elimina o orador de um lado, por outro estimula o professor, dado o regime herbartiano que a reforma adotou como predominantes nas lições” (PARANÁ, 1923a, p. 69).

Acrescentamos que na Biografia de Lysímaco Ferreira da Costa, o autor Herbert Munhoz Van Erven (1944, p. 35-36), afirma que Lysímaco da Costa teve influência “do pensamento de grandes mestres”, pois conta que Lysímaco da Costa em discurso feito como paraninfo das normalistas formandas de 1926, “focaliza a filiação histórica do ensino” da época “enunciando a grande maioria das leis pedagógicas” e as influências de Comenio, Herbart, Pestalozzi e Froebel, que estão presentes no ensino paranaense e faz ainda um paralelo do pensamento desse último teórico com as ideias de Decroly e Dewey (VAN ERVEN, 1944, p. 35-36). Tal afirmação nos dá indícios dos teóricos que influenciaram o documento escrito por Lysímaco da Costa

No prefácio das Bases Educativas para a organização da Nova Escola Normal Secundária do Paraná de 1923, encontramos os seguintes dizeres acerca da finalidade da Escola Normal, na concepção de Lysímaco da Costa:

Formar o professor primário senhor absoluto da técnica da didática, perfeito conhecedor dos programas do ensino que vai ministrar, capaz de compreender em pouco tempo a alma da criança e ornado das mais completas qualidades morais – é o fim capital da Escola Normal.

Se o realizar, será o maior padrão de glória do Paraná. (PARANÁ, 1923a, p. 1).

As “Bases Educativas para a Organização da Nova Escola Normal Secundária do Paraná” foi o primeiro documento que visava a reorganização do regimento do Curso Normal que se fez necessária (PARANÁ, 1924b, p. 96) e segundo o próprio idealizador do documento, Lysímaco da Costa, visava “a preparação científica e profissional completa do professor” (PARANÁ, 1923a, p. 67). Lysímaco concebia a Escola Normal organizada para preparar cientificamente e pedagogicamente os futuros professores do Paraná, ministrando-lhes um ensino que os capacitariam para bem ensinar nas escolas primárias desse estado.

Com a construção de um prédio próprio e alguma “autonomia”, outras necessidades foram se fazendo presentes, entre estas os métodos para ensinar passaram a tomar maior importância no contexto educacional paranaense.

De acordo com o organizador das Bases Educativas para a Organização da Nova Escola Normal Secundária, Lysímaco da Costa (PARANÁ, 1923a):

A preocupação dominante em a reforma da nossa Escola Normal deve ser a de formar um professor bem preparado para o exercício das suas funções ficando para o plano complementar a tendência muito conhecida de se preocuparem os reformistas exclusivamente com os detalhes regulamentares (PARANÁ, 1923a, p. 9).

A Reforma que se fez por meio do documento organizado por Lysímaco da Costa tinha como pressupostos a necessidade de preparar o aluno- professor para conhecer o meio em que iria atuar, proporcionando-lhe a formação necessária para que transmitisse aos seus alunos os conhecimentos mínimos que lhes seriam úteis para serem bons cidadãos, afeitos ao trabalho, com bons hábitos morais e mentais e noção de deveres cívicos. Era exigido do professor que tivesse um caráter reto e uma severa linha de conduta para ‘tocar’ seus alunos com seus exemplos (PARANÁ, 1923a), Lysímaco se propunha a ensinar os professores a aplicarem nas aulas os novos métodos, processos e sistemas de ensino.

Inquietava-se o Diretor da Escola Normal com a formação generalizada do futuro professor, que no seu dizer, era proporcionada pelas disciplinas consideradas “frias”, por seus conteúdos teóricos e abstratos que não dariam aos normalistas os conhecimentos pedagógicos fundamentais para o seu ofício de ensinar as crianças. Em sua concepção, era necessário que os normalistas tivessem aulas práticas que com as orientações dos seus professores lhes possibilitaria aprender no exercício do seu futuro ofício.

Continuando sua explanação sobre a necessidade de prática para os alunos normalistas, justifica que não lhes bastaria apenas o conhecimento teórico. Em seus dizeres sobre o Ensino Secundário recebido “do alto das Cathedras”, Lysímaco explicita a diferença entre as disciplinas da Escola Normal, ministradas por “Lentes Cathedráticos” e com características de Ensino Propedêutico e as “matérias” ensinadas nos Cursos Primários, caracterizadas por um ensino de caráter mais prático, voltado para a vida. Para Jean Hébrard (1990) os saberes a serem ensinados na Escola Primária serviriam para os alunos “[...] como instrumento necessário à gestão de sua vida e de suas ocupações, por mais comuns que fossem” (HÉBRARD, 1990, p. 65).

Já o Ensino Normal deveria preparar os alunos intelectual e moralmente, desenvolvendo-lhes os atributos necessários para exercerem seu ofício de professores primários e uma educação geral garantiria essa finalidade. Nesse Curso, então, os métodos eram mais tradicionais e o ensino propedêutico.

A tensão se faz na coexistência de duas necessidades para os normalistas: ter uma formação geral nas disciplinas e também a formação para ensinar as matérias. Seria então necessário que fizessem uma articulação entre as duas e conseguissem transformar os saberes adquiridos nas disciplinas do Curso Normal, em saberes aplicados às matérias que lecionam na Escola primária.

Havia então, no entender de Lysímaco da Costa, a urgência de mudanças. As Bases Educativas para a Escola Normal Secundária⁹ se constituíram como o início para as novas modificações que viriam nos cursos de formação de professores, pois fincavam em solo paranaense as bases para as transformações que começavam com a relativa autonomia didática dada à Escola Normal e lhe impingiam características de um ensino profissionalizante. A criação da Escola de Aplicação foi um dos itens da Reforma de Lysímaco e tinha dupla função: ensinar os normalistas a executar os programas de ensino de forma eficaz e também a de colocar o “Lente” em contato com a escola primária ao orientar o seu aluno, conhecendo mais de perto “as necessidades do Ensino Primário” do qual “se achava divorciado” (PARANÁ, 1923a, p. 68).

Após a separação do Ginásio, a Escola Normal teve uma procura excepcional de alunos, levando o Governo do Estado a desdobrar o 1º ano em três turmas e o 2º ano em duas turmas, sendo criado então, o turno vespertino para duas dessas turmas (PARANÁ, 1929).

Esse aumento de alunos na Escola Normal parece que garantiria um número razoável de professores formados para as escolas da capital. Entretanto, a demanda dos municípios paranaenses onde não havia Escola Normal precisava ser suprida, e essa preocupação levaria à construção de outras duas Escolas Normais. Os municípios de Ponta Grossa e Paranaguá foram escolhidos por sua importância no contexto econômico e social do estado e por se localizarem em pontos geográficos estratégicos do Paraná: a primeira na promissora região

⁹ No ano de 1936, pelo Decreto 1.929, a Escola Normal Secundária passaria a ser denominada Escola de Professores, com nova estrutura e a exigência de que o candidato que nela pretendesse ingressar tivesse concluído o Curso Ginásial. Dez anos depois, a Lei Orgânica do Ensino Normal, pelo Decreto Estadual n.º 3530 de 3 de janeiro de 1946, transformaria a Escola Normal em Instituto de Educação do Paraná que passa a ter a seguinte composição: Jardim de Infância; Curso Primário; Curso Ginásial; Curso Normal; Curso de Administração Escolar, que complementava o Curso Normal; Curso de Aperfeiçoamento e Atualização. Em 1947, seriam criados também, o Curso Ginásial Misto e o Ginásial Noturno.

chamada de “Campos Gerais” e a segunda no litoral, porta de entrada e de saída de pessoas e produtos. Na percepção de Viñao (2005) a instituição escolar, nesse caso a Escola Normal, pode ocupar dois espaços diferentes, o lugar e o território:

[...] a instituição escolar ocupa um espaço que se torna, por isso, lugar. Um lugar específico, com características determinadas, aonde se vai, onde se permanece umas certas horas de certos dias, e de onde se vem. Ao mesmo tempo, essa ocupação de espaço e sua conversão em lugar escolar leva consigo sua vivência como território por aqueles que com ele se relacionam. Desse modo é que surge, a partir de uma noção objetiva – a de espaço – lugar – uma noção subjetiva, uma vivência individual ou grupal, a de espaço – território. (VIÑAO, 2005, p. 17).

A construção das Escolas Normais Primárias em lugares estrategicamente escolhidos trazia consigo intenções de consolidação do Projeto Republicano na escolha do lugar (ambas as Escolas normais foram construídas próximas da capital) e do território (os contextos sociais e culturais de cada grupo eram distintos). E assim foram construídas, como carinhosamente eram chamadas, a “Rainha do Itiberê¹⁰” em Paranaguá e “Princesa dos Campos¹¹” em Ponta Grossa.

Desde 1920, Prieto Martinez já sugeria a fundação das Escolas Normais de Ponta Grossa e Paranaguá. “A primeira serviria a uma grande zona consideravelmente povoada, abrangendo todo o norte do Estado e a segunda receberia a juventude de toda a faixa marítima”. A criação desses estabelecimentos viria facilitar extraordinariamente a tarefa de formar professores em número suficiente (PARANÁ, 1920, p. 22).

Os prédios das Escolas Normais destacavam-se por sua imponência, exuberância e certo luxo. Tal e qual os Grupos Escolares, eram símbolos do ideal republicano e as três primeiras Escolas Normais do Estado possuíam características comuns como: a arquitetura, a localização de destaque tanto na capital quanto nos outros dois municípios em que foram construídas, mobiliário idêntico e até mesmo os professores, que lecionavam muitas vezes em duas delas, como é o caso dos Professores das Escolas noturnas.

A Princesa dos Campos e a Rainha do Itiberê

No ano de 1924 quando foi inaugurada a Escola Normal de Ponta Grossa, essa cidade possuía cerca de 21000 habitantes. Nesse tempo, os negócios de cinco importantes municípios da região chamada de “Campos Gerais”: Tibagy, Ypiranga, Imbituva, Prudentópolis e

¹⁰ Faz referência ao Rio Itiberê, canal que corta a cidade de Paranaguá.

¹¹ Alusão aos Campos Gerais, que circundam a cidade de Ponta Grossa.

Guarapuava fomentavam a economia desse município. Próximos a Ponta Grossa encontravam-se os municípios de Castro, Entre Rios, Teixeira Soares, Mallet, Iraty e União da Vitória, que servidos pela estrada de ferro, prometiam transformar-se em zona próspera. A economia gerada pela erva-mate, madeira, gado e outros produtos comercializados, juntamente com a presença de migrantes nacionais e estrangeiros, haviam acelerado o desenvolvimento urbano.

A inauguração da Escola Normal Primária de Ponta Grossa foi ao encontro às aspirações dos habitantes dos Campos Gerais, e foi em meio a festas e alegria da população pontagrossense que em 27 de fevereiro de 1924, às 16 horas, o então Presidente do Estado, Dr. Caetano Munhoz da Rocha, declarou oficialmente inaugurada a Escola Normal Primária de Ponta Grossa. Situada à Rua Barão do Rio Branco, prédio onde funciona atualmente o Colégio Estadual Regente Feijó, a bela construção era destacada por sua imponência.

Compareceram à solenidade de inauguração o Dr. Caetano Munhoz da Rocha; o Secretário Geral do Estado Sr. Alcides Munhoz; o Inspetor Geral do Ensino, Sr. Cesar Prieto Martinez; o Prefeito de Ponta Grossa, Coronel Brasília Ribas; o Prefeito de Curitiba, Dr. Moreira Garcez; o Presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa, Coronel Vitor Batista e o Diretor¹² daquela Instituição, Dr. Joaquim Meneleu de Almeida Torrez, além do corpo docente e discente da Escola e dos demais estabelecimentos de ensino da cidade.

A Escola Normal de Ponta Grossa foi construída com o objetivo de formar professores que pudessem acompanhar o progresso da região em que estava situada e que tinham a missão de fomentar o amor à Pátria, tanto das pessoas do campo como dos estrangeiros que porventura ali chegassem, adaptando-os e aos seus filhos para que abraçassem a nacionalidade brasileira, sem deixar espaço para a língua, usos e costumes do seu país de origem. Miguel (2006) explica quais as atribuições do professor nesse período:

O Estado esperava que o professor contribuísse para a adaptação do imigrante aos costumes nacionais, formasse o homem trabalhador com hábitos de disciplina e higiene e moralmente disciplinado. Já não se tratava mais do professor de primeiras letras tão somente; mas, daquele que iria contribuir para a nova organização social do trabalho. (MIGUEL, 2006, p. 2171).

Quanto às principais características dessa primeira Escola Normal do interior do estado, Miguel (1992), explica que eram “a absorção dos alunos oriundos da Escola

¹² Em 1928, Joaquim Menelau Torrez viria a ser substituído pelo professor Roberto Emílio Mongruel, na função de diretor da Escola Normal Primária de Ponta Grossa.

Intermediária que desejassem seguir o magistério; currículo próprio e corpo docente compreendendo duas categorias: catedráticos e de 2º grupo” (MIGUEL, 1992, p. 63).

Os professores da Escola Normal de Ponta Grossa, a exemplo dos professores da Escola Normal Secundária, eram considerados referência para os professores primários. A Escola Normal de Ponta Grossa iniciou sua jornada em prol da educação em 1924 e, de acordo com o Decreto 135, no mesmo prédio da Escola Normal Primária de Ponta Grossa, iniciaram suas atividades todos os Cursos integrantes dessa estrutura, qual sejam: a Escola de Aplicação, a Escola Complementar e o Jardim da Infância.

Ainda de acordo com o Decreto 135 de 12/02/1924, o Curso Normal tinha a duração de três anos, com as matérias assim organizadas: No 1º ano, pelas disciplinas gerais de Português, Aritmética, Geografia, Desenho, Música, Ginástica, Trabalhos Manuais e Pedagogia; no 2º ano, Português, Álgebra, Geografia, Desenho, Música, Ginástica, Trabalhos Manuais, Psicologia e Ciências Físicas Naturais; e no 3º Português, Álgebra, Geografia, Desenho, Música, Ginástica, Trabalhos Manuais, Ciências Físicas Naturais Literatura, História do Brasil, Educação Moral e Cívica e Metodologia e Prática Pedagógica.

As turmas de formandos de cada ano variavam em número na Escola Normal Primária de Ponta Grossa, tendo a turma de 1926 formado 20 alunos, na turma de 1927 houve uma diminuição, tendo sido formados apenas 8 alunos, porém, as fontes indicam que o número de concluintes aumentou a partir de 1928. Não nos aprofundamos na análise desses dados por não se tratar do nosso objeto de pesquisa, entretanto, entendemos como relevante destacar que, embora houvesse a oferta e um número de matrículas que se elevava ao longo dos anos, esse fato não era garantia de uma quantidade de concluintes que pudesse atender à demanda daquela região por professores normalistas. Nesse contexto, outro Curso bastante concorrido na Escola Normal era o Complementar, cujo certificado de conclusão era utilizado também para firmar contrato para lecionar nas Escolas primárias do Paraná.

Pelo Decreto nº 459 de 18 de fevereiro de 1933 (PARANÁ, 1933), a escola passou a denominar-se Escola Normal de Ponta Grossa ficando equiparada à Escola Normal de Curitiba. O mesmo decreto determinava nova duração para o curso normal: de 3 para 5 anos, sendo um curso geral de 3 anos e um especial de 2 anos.

A terceira Escola Normal do Paraná foi construída em Paranaguá, num tempo que a cidade era pequena, porém, destacada por sua importância política e social. Localizado no litoral do Estado, o município se destacava, entre outros motivos, por sua economia centrada

no Porto Dom Pedro II, que possibilitava o embarque e desembarque não só de passageiros, mas também dos principais produtos produzidos no Estado, como a erva mate e o café, assim como, produtos de outros Estados brasileiros.

A Escola Normal Primária de Paranaguá foi criada pela Lei Nº 2064 de 31/03/1921 e instalada com aulas que começaram no dia 2 de maio de 1927, numa das salas do paço municipal do Palácio Visconde de Nácar, com a presença do Senhor Lysímaco Ferreira da Costa, Inspetor Geral do Ensino, professor Segismundo Antunes Netto, diretor da Escola e dos professores Tupi Pinheiro, de Pedagogia, Agostinho Pereira Alves, de Matemática e Amália de Oliveira¹³, de Ginástica. Havia então, 69 alunos matriculados (FREITAS, 1992).

A inauguração do majestoso prédio da Escola Normal Primária de Paranaguá ocorreu no dia 29 de julho de 1927, quando a cidade comemorava seus 279 anos de elevação à Vila, “tornando realidade o ideal acalentado por tantos anos pela mocidade estudiosa” (FREITAS, 1992, p. 433). A Escola Normal inaugurada numa cidade do litoral era, para os moradores da região litorânea uma possibilidade de crescimento intelectual, profissional e moral para os seus jovens e para os governantes, a realização de mais uma etapa do projeto republicano, pensado para o Brasil e o Paraná.

Em seu discurso da inauguração Caetano Munhoz da Rocha demonstrou todo o entusiasmo de quem tinha a certeza de que somente pela educação o Paraná e o Brasil chegariam ao desejado progresso e as Escolas Normais, tendo como finalidade a formação de quem formará as crianças, moldando-lhes o caráter, era então considerada mais um dos “templos do saber”.

O Decreto 459 de 16 de janeiro de 1933 equiparou a Escola Normal Primária de Paranaguá à Escola Normal Secundária. Isso significava um novo *status* para essa escola, pois só conseguiam a equiparação, as escolas que atendiam a condições especiais, entre elas, possuir uma escola anexa para a prática dos normalistas. O Decreto 1929 de 30 de janeiro de 1936 (PARANÁ, 1936) criou o Curso Ginásial como medida preliminar para sua transformação em Instituto de Educação. O Curso Geral passou então a obedecer ao regulamento e aos programas do Curso Ginásial dos Ginásios equiparados ao Colégio Dom

¹³ A professora Amália de Oliveira foi professora da Escola Normal Primária de Paranaguá desde a sua criação em 1927 e, como dito anteriormente, consta seu nome na “Relação de Alunos da Escola Normal Diplomados em 1921” (PARANÁ, 1922).

Pedro II, do Rio de Janeiro. Pelo Decreto Nº 6305 de 26 de julho de 1952, a Escola Normal de Paranaguá receberia a denominação de Escola Normal Dr. Caetano Munhoz da Rocha¹⁴.

No Relatório de 1924 o Inspetor Geral do Ensino escreve sobre as duas novas Escolas Normais:

A Escola Normal de Paranaguá, destinada a formar educadores para os filhos do litoral, terá a missão de reerguer o nosso caboclo, ensinando-o a defender-se e curar-se das doenças que o aniquillam, roubando-lhe a coragem para o trabalho, e armando-o de conhecimentos para melhores proveitos tirar da rendosa industria da pesca e da lavoura que ahi são tão promissoras mas que permanecem incipientes, com grave prejuízo para nossa fortuna pública e privada. (PARANÁ, 1924b, p. 27).

Cesar Martinez expõe finalidades políticas diferentes para as duas novas Escolas Normais de acordo com as características do local onde seriam construídas. O Inspetor Geral havia exposto seu pensamento sobre as duas novas Escolas Normais no Relatório de 1922, ao afirmar que em regra geral, os municípios que possuem maior número de normalistas são os que “melhor concorrem para a difusão do ensino” e por isso, “as duas futuras normais trariam incalculáveis benefícios, melhorando o corpo de professores” (PARANÁ, 1922, p. 17).

A Ata datada de 1960, escrita pela então Secretária da Escola Normal de Paranaguá, agora denominada Instituto de Educação Dr. Caetano Munhoz da Rocha, no histórico dessa Escola Normal, informa que desde 1929, ano de Formatura da primeira turma com 17 normalistas dessa Escola Normal, até 1959, 603 normalistas do sexo feminino e 31 normalistas do sexo masculino foram formados por essa instituição de ensino. Conta ainda essa secretária, que “Este educandário possui o seu corpo docente formado na sua quase totalidade de professores saídos de seus próprios cursos” (PARANÁ, 1960).

O Relatório do Governador Manoel Ribas de 1929, confirma as afirmações encontradas na Ata de 1960 e as complementam com a informação de que a Escola Normal Primária Dr. Munhoz da Rocha funcionava em 1929 com os Cursos Infantil, Anexo, Complementar e Normal. As Escolas Normais foram, ao longo dos anos, modificando desde sua nomenclatura, passando por métodos e processos de ensino, até a sua estrutura física em muitos casos. Entretanto, a sua finalidade continuou a mesma, *formar os professores primários*.

¹⁴ Mais tarde, em 20 de julho de 1959, o Decreto n. 24.459 desmembrou a Escola Normal do Colégio José Bonifácio e oito anos depois, em 29 de julho de 1967 a Escola Normal seria elevada a Instituto de Educação. O Decreto 24.439 de 17 de julho de 1959 destinaria o prédio da Escola Normal à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Paranaguá, que somente desocuparia o prédio em 1965, quando da inauguração do novo prédio dessa Faculdade.

Considerações Finais

Conhecer a história de uma instituição escolar só é possível quando conseguimos nos reportar aos lugares, pessoas e objetos de um tempo que não é o nosso, mas que está na base da construção e constitui-se como parte integrante da nossa própria história. Ao tentarmos localizar fontes para contar um pouco da história das primeiras Escolas Normais paranaenses, foi necessário um olhar mais atento, a leitura das entrelinhas dos documentos e mesmo assim, conseguimos apenas uma “representação” daquela que foi a mais importante instituição formadora de professores primários por pelo menos um século.

As Bases Educativas para a Escola Normal Secundária se constituíram como um importante instrumento quanto as modificações que seriam realizadas nos cursos de formação de professores primários, pois tinha como objetivo ensinar os (as) normalistas a desenvolver os programas de ensino de forma mais qualificada e também a de colocar o Ensino Normal mais próximo ao Ensino Primário que até então se encontravam divorciados, nas palavras de Lysimaco (PARANÁ,1923a).

A criação da Escola de Aplicação foi mais um importante elemento dessa reforma, que tinha a função de ensinar os (as) normalistas a desenvolverem os programas de ensino, como a de também colocar o professor desses normalistas em contato com a escola primária, fazendo com que se aproximasse do ensino deste segmento conforme necessidade que Lysímaco Costa havia constatado.

O Curso Geral tinha como objetivo transmitir os conhecimentos que deveriam ser ensinados assim como preparar a cultura geral do futuro professor, enquanto que no Curso Especial seria desenvolvida a formação pedagógica que iria especializar o (a) normalista tanto para lecionar no ensino primário e também para normalistas. Dessa forma, a divisão do Curso Normal em Curso Geral e Especial auxiliou no processo de profissionalização da função de professor primário, intensificando as matérias relacionadas aos saberes para ensinar no ensino primário.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, São Paulo, jan./abr. 1991. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>>. Acesso em: 15/05/2017.

FREITAS, Waldomiro F. de. **História de Paranaguá** – Das origens à atualidade. Paranaguá: Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, 1992.

HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. **Teoria e Educação**. Porto Alegre: RS, n. 2, p. 65-110, 1990.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A pedagogia da Escola Nova na formação do Professor Primário paranaense: início, consolidação e expansão**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A Escola Nova no Paraná: avanços e contradições. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 5, n.14, p.93-100, jan./abr. 2005.

MIGUEL. Maria Elisabeth Blanck. A formação de professores e sua função social. In: Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, 4. 2006, **Anais...** Uberlândia, MG: EDUFU, 2006. p. 2166-2176. Disponível em: Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/192MariaElisabethBlanckMiguel.pdf>>. Acesso em: 12/01/2015.

PARANÁ. Ata. Escola Normal Primária de Paranaguá. 1960.

PARANÁ. **Bases Educativas para Organização da Nova Escola Normal Secundária do Paraná**, 1923a. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123699>>. Acesso em 05 ago. 2014.

PARANÁ. Decreto nº 135 de 12 de fevereiro de 1924. Aprova o Regulamento das Escolas Normais Primárias. Departamento Estadual de Arquivo Público. **Diário Oficial do Estado do Paraná** de 10 de março de 1924a.

PARANÁ. Decreto nº 1929 de 30 de janeiro de 1936. Equipara os programas das Escolas Normais Secundárias aos dos Ginásios do Estado. Departamento Estadual de Arquivo Público. **Diário Oficial do Estado do Paraná** de 11 de fevereiro de 1936.

PARANÁ. Decreto nº 274 de (ilegível) março de 1923. Aprova o Regulamento da Escola Normal Secundária. Departamento Estadual de Arquivo Público. **Diário Oficial do Estado do Paraná** de 28, 29, 31 de março e 03 de abril de 1923b.

PARANÁ. **Decreto nº 459 de 16 de fevereiro de 1933**. Desdobra o plano de estudos das Escolas Normais em Curso Geral e Especial. Paraná: Departamento Estadual de Arquivo Público, 1933.

PARANÁ. Lei 136 de 31 de dezembro de 1894. Reforma a ensino público do Estado do Paraná. Collecção de Leis e Actos do Governo do Estado do Paraná. Curitiba:Typ. D'A República, 1895.

PARANÁ. Regulamento da Instrução Pública de 26 de agosto de 1874. In: **Leis e Regulamentos da Província do Paraná**. Curitiba: Tip. Paranaense, t. 21, p. 198. 1874.

PARANÁ. **Regulamento de 27 de dezembro de 1889**. Coleção de Atos Oficiais do Paraná. Legislação Provincial, Paraná: 1889. p. 93.

PARANÁ. **Relatório apresentado ao Diretor Geral do Ensino Hostilio Cesar de Souza Filho pelo Professor Joaquim Loyola**. Curitiba, 1929. 88p.

PARANÁ. **Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública**. Cesar Prieto Martinez. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1920. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1920MFN806.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2014.

PARANÁ. **Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública**. Cesar Prieto Martinez. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1922. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99956>>. Acesso em: 14 set. 2014.

PARANÁ. **Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública**. Martinez. Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1924b.

STRAUBE, Ermani C., **1929**. Do Licêo de Curitiba ao Colégio Estadual do Paraná, 1896-1943. Curitiba, PR: Fundepar, 1993.

TANURI, Leonor Maria. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14 maio-ago., 2000.

VAN ERVEN, Herbert Munhoz. **Lysímaco**. Curitiba: Tipografia Mundial, 1944.

VIÑAO, Antonio. Espaços, usos e funções; a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.